



José Cruz

Maciel quer integração continental

■ Ao registrar o terceiro aniversário da 1ª Cúpula de Presidentes da América do Sul, o senador Marco Maciel (*foto*) disse que o Brasil deve estreitar cada vez mais as suas relações com os vizinhos continentais, estratégia traçada durante o encontro

Página 7



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.769 - Brasília, terça-feira, 26 de agosto de 2003

Senadores pedem manutenção do programa espacial brasileiro

■ Depois de aprovar voto de pesar pela morte de 21 técnicos no acidente ocorrido semana passada em Alcântara, Plenário é unânime ao defender a continuidade dos investimentos para assegurar ao país a posse da disputada tecnologia de lançamento de satélites ao espaço

Página 5

Plenário vota duas MPs que ampliam crédito

Duas medidas provisórias a serem votadas hoje pelo Plenário do Senado ampliam o acesso ao crédito para pessoas de baixa renda, em programas do Banco do Brasil e da Caixa.

Página 3

Jereissati vê "politização" das nomeações

O senador Tasso Jereissati criticou as nomeações políticas para cargos técnicos de órgãos federais, citando como exemplo a diretoria do Instituto Nacional do Câncer.

Página 6



Assunção Costa

Artistas negros defendem sistema de cotas em cinema e televisão

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem (*foto*) integrantes do Fórum dos Artistas e Técnicos Afro-Brasileiros do Rio de Janeiro, que defendem maior participação da comunidade negra nas produções audiovisuais – cinema e televisão, especialmente – pela adoção do sis-

tema de cotas para atores e diretores afro-descendentes, proposta que consta de projeto apresentado pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim.

Paim informou que o projeto passou nas comissões da Câmara dos Deputados e está pronto para ir ao

Plenário, com chances de ser promulgado ainda este ano.

Participaram da audiência com Sarney os atores e diretores Milton Gonçalves, Jorge Coutinho, Antonio Pitanga, Eugênio Santos, Joel Zito Araújo, Maria Dealves e Néia Daniel de Alcântara.



DESTAQUE Qualidade de vida da cidade, que completa 104 anos hoje, foi lembrada por Tebet

Ramez Tebet homenageia Campo Grande

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), discursando em Plenário, homenageou o aniversário de 104 anos de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, que transcorre hoje. Para Tebet, Campo Grande é hoje uma das mais belas cidades brasileiras, com qualidade de vida que em nada fica a dever a outras capitais.

Tebet também defendeu uma reforma tributária que garanta mais recursos para estados e municípios, e disse que as Forças Armadas deveriam ser o primeiro emprego de todo jovem brasileiro, pela hierarquia, disciplina e capacidade de formar caráter.

O senador lamentou que o país atravesse dificuldades e tenha uma burocracia que dificulte a administração pública.

Em aparte, João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que as dificuldades se devem ao contingenciamento orçamentário. Luiz Otávio (PMDB-PA) lembrou a coincidência do aniversário de Campo Grande com o Dia do Soldado. Tebet também foi aparteado pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

Agenda



Normas para o setor farmacêutico

Em exame pelos senadores na sessão de hoje, às 14h30, três projetos de lei de conversão provenientes de medidas provisórias, incluindo o que define normas para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (PLV 23/2003). Se não forem votados, os projetos passam a trancar a pauta de votações.

Sarney recebe presidente do Confea

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

(Confea), Wilson Lang, e, às 11h30, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. À tarde, Sarney preside a ordem do dia em Plenário.

Subsídio de moradia para policial na CAE

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne para votar, entre outros itens, o Projeto de Lei do Senado nº 220/03, que cria o Programa de

Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis e o PLS nº 251/99, que prevê incentivos fiscais para doações de refeições destinadas à distribuição a pessoas carentes.



Orçamento discute investimentos da Petrobras

O diretor financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, é o convidado da audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar sobre a redefinição de prioridades de investi-



mentos das empresas do grupo Petrobras. Antes, às 14h30, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – foto –, examina pauta de proposições.



Ministro apresenta política de saneamento

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, é o convidado da audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a partir das 10h. Dutra deve informar o colegiado sobre as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico e abastecimento de água. A CI é presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE).

Subcomissão de Segurança

A Subcomissão de Segurança Pública se reúne hoje, às 18h, para examinar e votar o Projeto de Lei do Senado nº 67/02, que disciplina a execução e a prescrição da pena, alterando o Código Penal, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/03, que transforma a guarda municipal de cidades com mais de 2 milhões de habitantes em órgão da segurança pública.

Comissão discute TV a cabo

A Comissão de TV a Cabo, que funciona no âmbito do Conselho de Comunicação, se reúne a partir das 11h para discussão do relatório final dos trabalhos. A comissão foi constituída para elaborar parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/01, que trata da participação de capital estrangeiro nas TVs a cabo do país, e apresentar análise dos problemas do setor.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



PRODUÇÃO Eduardo Siqueira Campos ressalta que Frinol vai abater 400 cabeças por dia

Eduardo destaca nova indústria no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou ontem a inauguração, no último sábado, da primeira unidade da Indústria Frigorífica Nova Olinda (Frinol), localizada a cerca de 324 quilômetros de Palmas (TO). Até dezembro, a Frinol vai abater 400 cabeças por dia, com perspectiva de dobrar esse número ao final de 2004.

– Além de criar 250 empregos diretos e até 1.200 indiretos, o novo frigorífico vai permitir que o Tocantins exporte não apenas o boi vivo. Passaremos a ter valores agregados por meio de subprodutos e toda uma cadeia produtiva instalada no estado – assinalou.

Eduardo afirmou que a escolha do Tocantins e da cidade de Nova Olinda se deve à luta dos tocantinenses pelo certificado de área livre de aftosa. Ele lembrou que o estado foi inspecionado por equipes de vigilância sanitária dos países importadores de carne.

O resultado do trabalho desenvolvido no estado foi determinante na escolha do local para instalação do frigorífico, conforme afirmaram ao senador os sócios-proprietários da Frinol, Francisco de Paula Barreto e sua esposa Cristina. Eles ressaltaram que muitos empresários já perceberam o grande potencial dessa região.

Além do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, e do ex-governador Siqueira Campos, também compareceram à inauguração da unidade da Frinol o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima; o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena Filho; o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (TO), Raimundo Boi; a prefeita de Araguaína, Valdeci Castelo Branco; e o prefeito de Nova Olinda, Deroci Cardoso.

Previdência: votação pode ser em outubro

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que há um interesse geral do Senado em votar logo a reforma da Previdência e que isso deve ocorrer até o mês de outubro. Ele informou que, chegando à Ca-

sa, o texto vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, segue para discussão e votação em Plenário.

Na avaliação de Sarney, o texto será apreciado logo, mas sem

açodamento. Indagado sobre o tema da reunião que o PMDB terá amanhã com o presidente Lula, o senador afirmou que, em encontros desse gênero, quem estabelece a agenda é o chefe do governo.

Governador quer manter a Zona Franca

Acompanhado do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediu que o Legislativo preserve, na reforma tributária, o modelo de desenvolvimento econômico existente na Zona Franca de Manaus.

— Nós viemos trazer nossa preocupação com esse modelo que é bem-sucedido na região e que o presidente Sarney sempre apoiou. Viemos pedir o apoio exatamente com relação à manutenção e à prorrogação do prazo de funcionamento da Zona Franca de Manaus. E saímos daqui satisfeitos com o compromisso reafirmado pelo presidente.

Eduardo Braga observou que a Zona Franca, pelo texto constitucional, deve ser extinta em menos de dez anos. Na opinião do governador, isso é desestimulante para empresá-



Gerardo Magela

REIVINDICAÇÃO Em encontro com José Sarney, Eduardo Braga pediu apoio para ser mantido, na reforma, tratamento concedido a Manaus

rios que desejam se estabelecer na região.

Se houver a prorrogação da área de livre comércio, afirmou, reabre-se a possibilidade de novos investimentos e empreendimentos, oriundos sobretudo do exterior, e de criação de novos empregos numa região tão estratégica.

Ele disse que os amazonenses não desejam nenhum benefício adicional. “O que nós queremos é preservar aquilo que o constituinte já nos concedeu, que é um regime especial, que trata de forma especial uma região especial. Se é uma região que é exceção, precisa ser tratada como exceção.”

Papaléo sugere cautela nas reformas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) recomendou prudência na discussão das reformas constitucionais em curso no país. Essa atitude de cautela, que deve pressupor uma profunda análise dos resultados das medidas a curto e a longo prazo, poderá evitar “que o país não venha a ser pego de surpresa, como foi no passado, por planos econômicos e políticas públicas que muito pouco contribuíram, mas que trouxeram consequências muito desagradáveis”.

Ao tratar especificamente da reforma tributária, Papaléo queixou-se de que as negocia-

ções com o governo deixaram à margem especialistas da área, que têm a opinião de que a proposta deverá elevar sete impostos e contribuições. A respeito da reforma da Previdência Social, o senador afirmou que o ministro Ricardo Berzoini participou de palestras, mas não promoveu uma ampla discussão da matéria com a sociedade.

Referindo-se à política da



Roosevelt Pinheiro

Papaléo Paes lembrou os resultados negativos dos planos econômicos

promoveu jam claras e objetivas, elegendose atividades preferenciais sem, contudo, desguarnecer outros setores.

área social, Papaléo disse esperar que os R\$ 42 bilhões de superávit no Orçamento de 2004 possam contemplar demandas das classes menos favorecidas. Sugeriu ainda que essas ações federais a curto, médio e longo prazos sejam

Senado deve decidir sobre MP do microcrédito

Programa beneficia as pessoas sem conta bancária que estejam interessadas em montar microempreendimento

O Plenário do Senado pode votar hoje projeto de conversão (PLV 22/2003) da medida provisória que autoriza os bancos a concederem empréstimos de até R\$ 1 mil para pessoas que não têm contas bancárias. O programa objetiva ajudar os que querem montar microempreendimentos, e a taxa de juros é de 2% ao mês. A Caixa Econômica Federal já está concedendo os empréstimos.

O projeto de conversão da medida provisória abre caminho para que os bancos tenham condições de receber como clientes cerca de 25 milhões de brasileiros que nunca tiveram essa oportunidade.

Também está na pauta de votações o projeto de conversão (PLV 21/2003) da medida

provisória que permite ao Banco do Brasil criar duas subsidiárias, destinadas a atuar em microfinanças e consórcio para bens duráveis mais comprados pelas pessoas pobres, como fogões, geladeiras e televisores. O propósito do governo Lula é evitar que essas pessoas só tenham a alternativa de comprar a prestações nas lojas, onde os juros são altíssimos.

Um terceiro projeto de conversão (PLV 23/2003) de MP cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Se não forem apreciados hoje, os três projetos de conversão de medida provisória trancarão a pauta de votação do Plenário.

Caso os PLVs sejam votados, poderão ser examinados na sessão de amanhã vários projetos, inclusive uma proposta de emenda constitucional que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação e o desmembramento de municípios. A proposta é de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

CAS discute com ministro fusão de companhias aéreas

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa, participarão amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para tratar da fusão entre as companhias aéreas Varig e TAM. A reunião, marcada para as 10h de amanhã, foi solicitada pela presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e pelo vice-presidente, senador Paulo Paim (PT-RS).

Também estão previstas exposições dos economistas Paulo Rabello de Castro, coordena-

dor da proposta dos trabalhadores para a fusão das empresas, e Luciano Coutinho, coordenador da proposta das empresas para o processo.

Conforme o requerimento, a união das duas empresas significará a criação de uma nova companhia, que deverá ficar responsável por cerca de 70% do mercado. Lúcia Vânia e Paim justificam a audiência lembrando ainda que a aviação comercial é indispensável para o desenvolvimento do país e para a integração nacional. Eles argumentam a necessidade de o Senado conhecer em detalhes o processo de fusão.

Comissões debatem política econômica com Prêmio Nobel

Em reunião conjunta, as Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) vão debater, com o Prêmio Nobel de Economia de 2001, professor Joseph Stiglitz, da Universidade de Colúmbia (EUA), as diretrizes de

política econômica para o desenvolvimento e a justiça e os passos para a integração das Américas. Ele foi economista-chefe do Banco Mundial e chefe dos conselheiros econômicos do ex-presidente Bill Clinton. Também participa do debate o

professor Albert Fishlow, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos e do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia. Fishlow foi subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA. Outro convidado é o econo-

mista italiano Giovanni Dosi, professor da Escola de Estudos Avançados Sant'Anna, em Pisa, Itália.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) — foto — é o autor do requerimento para a realização da audiência pública.



Roosevelt Pinheiro



VANTAGEM Colegiado proposto por Serys Shlessarenko está sendo analisado pela CCJ

Direitos humanos devem ter comissão

Projeto de Resolução do Senado nº 5/2003, de autoria da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), que cria a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Questões de Gênero (CDG) do Senado é um dos itens da pauta da reunião de quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposição, que altera o Regimento Interno, visa, de acordo com a senadora, dotar o Senado de um fórum para opinar sobre assuntos da área, como a promoção dos direitos da mulher, dos portadores de deficiência, de crianças e adolescentes, dos idosos e das minorias sociais ou étnicas. A Câmara, lembra Serys, já tem comissão similar.

O primeiro item da reunião é o substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) ao Projeto de Lei nº 168/2000, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que proíbe os funcionários dos órgãos públicos de aceitarem viagens pagas por empresas privadas com interesses nos referidos órgãos públicos. O substitutivo já foi aprovado em primeiro turno e agora será apreciado em turno suplementar na comissão.

Na mesma reunião, a CCJ poderá apreciar sete projetos que alteram a legislação penal. Um deles, o PLS nº 74/2003, do senador Paulo Octávio (PFL-DF), dispõe sobre a instalação de presídios federais de segurança máxima, apontando as condições e localidades mais apropriadas para a construção dos presídios. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou relatório favorável, com substitutivo ao texto original.

Outra proposta, de iniciativa de Demostenes Torres, modifica artigo do Código Penal para tipificar os delitos de violência doméstica.

Ministro debate água e saneamento

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, debate hoje, a partir das 10h, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), as políticas nacionais de investimento em saneamento básico e abastecimento de água. O requerimento para a audiência de Dutra foi apresentado pelo presidente da comissão,

senador José Jorge (PFL-PE), que se diz preocupado com o fato de o crescimento populacional, especialmente nas grandes metrópoles, não estar sendo acompanhado pela expansão da infra-estrutura.

– A CI precisa tomar conhecimento sobre as diretrizes e políticas públicas do Ministério das Cidades em

relação aos problemas que afligem as regiões metropolitanas do país, pela carência de investimentos no abastecimento de água e saneamento básico em face do crescente aumento populacional constatado nesses últimos anos nos médios e grandes centros urbanos do país – justifica José Jorge.



AUDIÊNCIA PÚBLICA Olívio Dutra comparece hoje à Comissão de Infra-Estrutura

Policiais poderão receber subsídio para casa própria

■ Objetivo é permitir a agentes morar afastados de áreas habitadas por criminosos

Proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tem como objetivo melhorar as condições de moradia de policiais militares, bombeiros militares e civis será analisada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), é favorável ao Projeto de Lei nº 220/2003, ao qual ofereceu substitutivo. Caso o parecer de Jucá seja aprovado na CAE, o substitutivo segue para votação, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme o projeto, serão concedidos subsídios a empréstimos tomados por policiais de forma a melhorar a sua capacidade financeira para pagar o imóvel. Segundo Re-



RISCO DE VIDA Um dos argumentos em favor do projeto que a CAE examina é a ameaça aos policiais que moram em áreas perigosas

nan Calheiros, 10% dos policiais militares do Rio de Janeiro moram em favelas e muitos deles, como noticiado pela imprensa, têm que esconder a profissão para proteger a si e a sua família.

O relator, Romero Jucá, lembra que os policiais fazem parte de uma corporação que, sem a proteção adequada, fica exposta a retaliações de criminosos. Dessa forma, a segurança na moradia é questão fundamental na opinião do autor da proposta.

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), devem examinar ainda, na mesma reunião, o relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável à solicitação (Ofício "S" nº 12/2003) com vistas à ratificação do aditivo do contrato de operação de crédito assinado em 1998 entre a União, o governo do estado de Rondônia, o Banco do Estado (Beron) e a Rondônia Crédito Imobiliário (Rondonpoup), com participação do Banco do Brasil.

Projeto institui bolsa em faculdade particular

A Comissão de Educação (CE) poderá votar amanhã, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 198/01, de autoria do então senador Iris Rezende, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior Privado. A votação depende da desobstrução da pauta do Plenário, sobrestada por três projetos de lei de conversão de medidas provisórias.

De acordo com o projeto, os recursos públicos federais destinados ao programa serão globalmente previstos no Orçamento Fiscal da União. Ainda segundo a proposição, caberá ao Executivo estabelecer o valor mensal da bolsa, fixar os cri-



ALCANCE Parecer de Hélio Costa é favorável à medida que beneficia alunos carentes

térios para a comprovação da carência econômica e selecionar os candidatos inscritos. A matéria tem parecer favorável apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Consta ainda da pauta a votação, em turno suplementar,

de substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao Projeto de Lei nº 225/03, de Aloizio Mercadante (PT-SP), que torna obrigatória a versão em português de documentos em língua estrangeira nos sítios e portais da Internet mantidos pela administração pública.

Outra proposta que aguarda decisão terminativa na comissão é o Projeto de Lei nº 206/03, de Pedro Simon (PMDB-RS), que institui 2004 como o "Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira". Também tramita em caráter conclusivo o Projeto de Lei nº 144/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), que altera as grades curriculares dos cursos superiores.

CMO decide sobre créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deve analisar hoje, às 14h30, pareceres favoráveis à abertura de créditos suplementares e especiais para o Ministério do Trabalho (R\$ 139,9 milhões); Caixa Econômica Federal (R\$ 55,6 milhões e R\$ 300 mil); Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores (R\$ 54 milhões). Também serão votados créditos para os Ministérios da Educação, do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e da Defesa (R\$ 30 milhões); Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo (R\$ 27,2 milhões); Ministério das Cidades (R\$ 24,7 milhões); e Ministério das Comunicações (R\$ 6,1 milhões).

Os parlamentares da comissão devem examinar ainda avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias e inspeções em órgãos e obras públicas.

Também figura na pauta requerimento solicitando o comparecimento do auditor da Secretaria de Fazenda de Pernambuco, Jorge Amaral, e de Marcos Mazoni, corregedor do Contencioso Administrativo Tributário, para debaterem a defesa do contribuinte. A comissão poderá ainda votar requerimento solicitando a criação de subcomissão temporária com a finalidade de examinar o pacto federativo.

A partir das 15h, a CMO promove audiência pública com o diretor-financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, que prestará esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos nas empresas do grupo Petrobras.

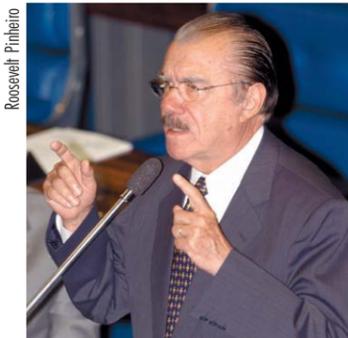


Explosão no Centro de Lançamento de Alcântara (MA) deve servir para que o país extraia importantes lições, dizem os senadores, que manifestaram solidariedade às famílias das vítimas. Investir mais no programa espacial para assegurar o domínio de tão importante tecnologia é a maior delas.

Senado aprova pesar pelas vítimas de Alcântara

O Senado Federal aprovou ontem o envio de voto de pesar às famílias dos técnicos e cientistas mortos na explosão do Veículo Lançador de Satélites (VLS), ocorrida no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, na sexta-feira passada. O voto de pesar – extensivo ao Ministério da Defesa, à Aeronáutica e à Agência Espacial Brasileira (AEB) – foi uma iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, que destacou a solidariedade da Casa neste “momento de grande frustração” pelo não lançamento do foguete brasileiro.

– Nessa trágica ocorrência, morreram homens que dedicaram suas vidas a esse projeto – afirmou, ressaltando que, quando presidente da República, teve a oportunidade de apoiar o programa espacial brasileiro. Sarney destacou ainda que os homens que morreram na explosão recebiam salários muito aquém do que poderiam



SACRIFÍCIO Sarney lembrou que técnicos mortos eram idealistas a serviço do Brasil

receber se trabalhassem em outros países, mas tinham como motivação a possibilidade de inserir o Brasil entre as nações que dominam tecnologia de ponta.

– No mercado aeroespacial, cada país tem que desenvolver sua própria tecnologia, porque não é possível comprar. Essa indústria é a que mais cresce no mundo, cerca de 17% ao ano. É preciso continuar investindo no futuro e levar à frente o ideal daqueles que sonharam concretizar um projeto do qual o Brasil não pode abdicar – defendeu o presidente do Senado. Sarney pedirá que o governo continue investindo no programa, já que o país avançou bastante em tecnologia espacial. – Se nós não o fizermos, ficaremos condenados a uma escravização tecnológica, que é uma outra forma de servidão – afirmou o senador.

Outros senadores também se manifestaram sobre o acidente.

ROBERTO SATURNINO



Senador afirma que a alma do país foi atingida

Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitou à presidência da Mesa que juntasse sua assinatura ao requerimento de voto de pesar pela morte dos 21 técnicos e cientistas, ocorrida na última sexta-feira, durante o lançamento de um Veículo Lançador de Satélite (VLS) na base de Alcântara.

– O país está de luto e a alma brasileira foi profundamente atingida – afirmou. Para Saturnino, a melhor forma de homenagear os que morreram em Alcântara é aumentar o esforço para dar continuidade ao projeto espacial brasileiro.

RENAN CALHEIROS

Só investimentos poderão evitar futuros acidentes

Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, sustentou que o governo deveria gastar mais em seu programa espacial para reduzir a possibilidade de novos acidentes, lembrando que o lançamento em Alcântara foi adiado pelo menos por três vezes, sempre pela “falta de recursos para custear a operação das aeronaves de apoio, transporte e hospedagem para os 130 técnicos e engenheiros do projeto”.

Renan citou o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para quem o “calcanhar-de-aquiles” do programa sempre foi a falta de dinheiro.



ANTONIO CARLOS



Tragédia não deve paralisar o programa espacial brasileiro

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o acidente não deve paralisar o programa espacial brasileiro. Ele afirmou que episódios como esse fazem parte dos riscos inerentes à atividade e lamentou que, desde o governo José Sarney, não tenha havido recursos suficientes para o programa.

– Devemos lamentar com toda a sinceridade o sofrimento das famílias. Devemos fortalecer esse programa para que o Brasil não fique atrasado – disse Antonio Carlos, informando que o PFL dará apoio ao governo em relação ao episódio.

LUIZ OTÁVIO

Brasil precisa tirar lição do episódio e seguir investindo

O Senado deve reconhecer a importância dos técnicos mortos no acidente, afirmou Luiz Otávio (PMDB-PA) ao sugerir o envio de comitiva de senadores aos funerais em São José dos Campos (SP). Ele solidarizou-se com os familiares das vítimas e disse que o país precisa tirar lições do episódio.

– Apenas dez países detêm a tecnologia de lançamento de foguetes, fundamentais para a comunicação e para a interação entre as regiões. Os recursos materiais poderão ser repostos, mas as vidas não teremos como substituir.



NEY SUASSUNA



Parcerias com outros países devem acelerar pesquisas

Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou ontem que o Brasil não pode desistir de entrar para o seleto clube dos menos de dez países que detêm tecnologia própria para lançamento de satélites.

– Desistir jamais. O que podemos fazer é lamentar o acidente, homenagear os cientistas mortos e dar prosseguimento ao programa, buscando parcerias com países que já se ofereceram para isso, como Israel e Ucrânia – disse Suassuna, para quem a parceria irá ajudar o Brasil a economizar tempo, recebendo tecnologia avançada.

Centro brasileiro é o que tem localização mais privilegiada

Desde que foi criado, no final dos anos 70, o programa espacial brasileiro já investiu cerca de US\$ 300 milhões em pesquisas. Isso inclui a construção do Centro de Lançamento de Alcântara, no litoral ma-

ranhense; o desenvolvimento de dois satélites (SCD-1 e SCD-2, ambos em órbita) e do Veículo Lançador de Satélites (VLS), o foguete que tem por objetivo fazer do Brasil um país independente no envio de artefatos ao

espaço, um mercado bilionário restrito a poucos países.

Atualmente, Rússia, Estados Unidos, Japão, Índia, China e Ucrânia detêm a tecnologia para enviar foguetes para a órbita terrestre, além

de alguns países europeus membros da Agência Espacial Europeia, mas nenhum deles tem as condições brasileiras.

Devido a sua localização, perto da linha do Equador, o Centro de Alcân-

tara pode aproveitar a rotação da própria Terra para impulsionar os foguetes com um gasto muito menor de combustível, o que faz dele o centro de menor custo em todo o mundo.

Jereissati critica governo por nomeações políticas

Contratações feitas no Inca e na Funasa foram condenadas pelo senador

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou duramente as nomeações políticas feitas pelo governo federal para cargos eminentemente técnicos e citou o exemplo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, onde a nomeação da mulher de um vereador para a diretoria financeira levou a uma crise de falta de equipamentos e material médico, o que levou à demissão de



Roosevelt Pinheiro

POLITIZAÇÃO Tasso Jereissati alerta para a destruição do serviço público

todos os diretores.

– Trata-se de uma politização insensata, de destruição dos serviços públicos, o que no

caso da saúde tem aspectos gravíssimos – salientou o senador.

De acordo com Jereissati, também na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) houve nomeações políticas, para abrigar correligionários sem qualificação profissional para os cargos.

– Importante não é a dengue, não é a cólera, o importante é arranjar emprego para a base do governo, os aliados políticos – ironizou, acrescentando esperar que o governo tenha o bom senso de não insistir em métodos que comprometem o serviço público.

Governadora elogia publicações que preservam história e cultura

Em visita ao estande do Senado na Bienal Nacional do Livro de Natal, na última sexta-feira, durante abertura do evento, a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, elogiou a iniciativa da Casa de investir na publicação de títulos que preservam a história e a cultura do Brasil. Ela também cumprimentou o Senado pela decisão de editar publicações em braile, a linguagem especial dos portadores de deficiência visual. Além da governadora, o vice-governador do estado, Antonio Jácome, visitou o estande do Senado na bienal de Natal, que estará aberta ao público até o próximo domingo. Cada um deles recebeu o livro *Conselhos aos Governantes*, obra de 841 páginas, que reúne textos de autores como Platão, Maquiavel

e Cervantes.

A bienal de Natal reúne 54 expositores, entre editoras, distribuidoras e livrarias de todo o país. Mais de 5 mil títulos estão disponíveis e os preços cobrados são mais acessíveis que os praticados no comércio local. A expectativa dos organizadores é que até domingo 80 mil pessoas tenham visitado a feira. Na próxima sexta-feira, às 19h, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, lançará o segundo volume da obra *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Deputados (Império e República)*. A publicação reúne os perfis biográficos e outras informações sobre os 114 deputados federais, que representaram ou representam o estado na Câmara dos Deputados.

Braile

O diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga, em

nome do Senado, entregou ontem a representantes de quatro entidades de defesa dos direitos de portadores de deficiência coleções em braile, editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado. Os títulos doados foram a Constituição federal de 1988, a Constituição do Rio Grande do Norte, a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Durante a solenidade, os representantes das entidades de deficientes visuais fizeram apelo aos senadores da bancada potiguar. Eles pedem para ser consultados sobre o projeto de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS) que cria o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais.

Jornada de literatura de Passo Fundo

Com o tema "Vozes do Terceiro Milênio – a arte da inclusão", será aberta hoje a 10ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo (RS). O Senado participa com a exposição de obras em braile, ferramenta importante para a inclusão do deficiente visual na sociedade.

As obras expostas pelo Senado são a Constituição federal, a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor. Também estão expostas diversas obras técnicas e de valor histórico e cultural publicadas pelo Conselho Editorial do Senado, presidido pelo senador José Sarney.

Participam da abertura do evento o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

Não está prevista a presença de senadores.

Ao contrário de outras feiras de livros, o Senado não irá comercializar as obras expostas em Passo Fundo. Os interessados serão orientados a fazer suas encomendas pelo correio ou através da Internet. As publicações expostas serão, ao final, doadas à Universidade de Passo Fundo, que realiza a "Jornada Literária".

Suassuna alerta para crise dos municípios

O Senado deve assumir a liderança na busca de soluções para o impasse da crise financeira dos municípios, afirmou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele enfatizou que, como parlamentar, assumia parte da responsabilidade pela atual situação, já que o Congresso permitiu que o governo federal criasse cada vez mais tributos, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que não são repassados a estados e municípios.

Em discurso ontem, Suassuna disse que o Congresso, em especial o Senado Federal – Casa legislativa garantidora do equilíbrio federativo – pode dar soluções permanentes à crise de estados e municípios na discussão da reforma tributária, mediante a repactuação do bolo tributário nacional.

– Deve o Senado agir na aglutinação das vontades políticas convergentes em prol da luta dos prefeitos, e em defesa dos

municípios e de suas populações – observou.

Suassuna voltou a chamar a atenção dos parlamentares para a grave situação das prefeituras, que estão sendo levadas a demitir funcionários. Só na Bahia poderão ser demitidos 40 mil, informou. Na avaliação do senador, a crise foi produzida por sobrecarga de atribuições, falta de recursos e impacto imediato da contração geral na arrecadação tributária.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assinalou que, em apoio aos municípios, estados e contribuintes, os parlamentares devem se posicionar contra a reforma tributária como está sendo proposta. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) também aparteu Suassuna para dizer que a proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional não atende às reivindicações de estados e municípios.



Waldemir Rodrigues

ADAPTAÇÃO Dificuldades em áreas externas e internas da Casa foram avaliadas por pessoas portadoras de necessidades especiais

Senado deve facilitar acesso a deficientes

Um grupo de pessoas portadoras de necessidades especiais percorreu na manhã de ontem as principais dependências do Senado, com o objetivo de identificar locais de difícil acesso. Até o final do ano será produzido um relatório com sugestões, a ser encaminhado à Comissão Diretora, propondo mudanças para melhorar o acesso dessa parcela da população às dependências da Casa.

O grupo, que congrega pessoas portadoras de diferentes tipos de necessidades especiais, iniciou pelo Senado a visita a órgãos públicos, atendendo a convite do senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão Temporária das

Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Arns sempre se dedicou a causas em defesa desse segmento da população, tendo sido por três vezes presidente da Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O grupo identificou, nas áreas externa e interna do Senado, pontos que devem passar por um processo de reforma para melhorar o acesso a todo o espaço arquitetônico da Casa, entre os quais os gabinetes não adaptados e os banheiros que não contam com barras de apoio adequadas.



SAÍDA Segunda frente de trabalho na BR-429 pode evitar interrupção das obras

Recuperação de BRs preocupa Valdir Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), órgão do Ministério dos Transportes, mais recursos para as rodovias que cortam o estado de Rondônia, como as BRs 364 e 429. Segundo informou, um trecho da BR-429, de 80 quilômetros, vem sendo recuperado com muita qualidade, mas a estação das chuvas se aproxima e as obras podem ser interrompidas. Ele apelou ao DNIT para que abra uma segunda frente de trabalho em sentido contrário, para terminar a recuperação antes das chuvas.

Raupp também manifestou preocupação com a anunciada interdição por seis ou sete dias da ponte sobre o Rio Ji-Paraná, para reconstrução de sua cabeceira, destruída pela chuva. O desvio passa por uma estrada secundária, que não foi construída para receber o fluxo pesado de tráfego, que chega a 300 carretas por dia.

– A estrada poderá ser totalmente danificada. E quem vai pagar pela recuperação? – questionou.

O senador ainda relatou encontro com o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros, em que solicitou uma ação mais flexível na fiscalização das madeiras, classificada por alguns empresários “como terrorismo”. Segundo ele, o presidente do Ibama prometeu “tratar com muito carinho” as reivindicações do setor madeireiro de Rondônia.

Raupp também defendeu junto ao Ibama a urgente liberação da licença ambiental para a construção do gasoduto de Rondônia, que levará o combustível até Porto Velho.

Maciel defende integração do Brasil à América do Sul

Senador registra terceiro aniversário da Cúpula de Presidentes e pede aproximação com países vizinhos

A 1ª Cúpula de Presidentes da América do Sul, realizada no ano 2000 em Brasília, representou “um novo paradigma na política externa brasileira”, afirmou o senador Marco Maciel (PFL-PE) ao registrar ontem a passagem do terceiro aniversário do evento.

Nunca antes foi realizado no Brasil um encontro desse porte entre os países da América do Sul, disse ele, lembrando que o evento ocorreu sob o comando do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e teve por objetivo estimular a organização do espaço sul-americano a partir da proximidade geográfica e da identidade cultural.



IDEAIS Para Maciel, documento final é uma plataforma de integração política e técnica

Vice-presidente na ocasião, Maciel pediu ontem a inserção, nos Anais da Casa, do *Comunicado de Brasília*, lançado ao final do encontro, documento que constitui uma verdadeira plataforma política e técnica de integração e, nos seus 62 parágrafos, engloba cinco capítulos

sobre democracia, comércio, infra-estrutura de integração e combate ao tráfico de drogas.

“O Brasil vem procurando fazer do conceito América do Sul um elemento operacional para sua atuação diplomática desde o início dos anos 90”, disse o senador, citando Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que era secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores durante o encontro. Luiz Felipe ainda lembrou que em 1992/93 o então chanceler Fernando Henrique já se referia à meta da “organização do espaço sul-americano” e afirmava, na cúpula, estar convencido de que a “configuração de um espaço econômico integrado sul-americano é uma realização possível ainda para esta geração”.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) associou-se à defesa da integração sul-americana feita por Marco Maciel.

Paim elogia exportações gaúchas

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), registrou com satisfação o fato de o estado do Rio Grande do Sul ter se consolidado como o segundo maior estado exportador do país. Até julho deste ano, as exportações gaúchas totalizaram US\$ 4,43 bilhões, à frente de Minas Gerais, com US\$ 3,97 bilhões, e atrás apenas de São Paulo, com US\$ 12 bilhões.

Paim lamentou que o bom desempenho das exportações não tenha sido suficiente para reduzir o desemprego no estado. Se, de um lado, a Região Metropolitana de Porto Alegre registrou 21,8 mil novos postos de trabalho no primeiro semestre de 2003, em relação a 2002, o aumento da população economicamente ativa – da ordem de 37,2 mil – elevou o contin-

gente de desempregados ao recorde de 316 mil. Para o senador, a situação exige a busca de atividades econômicas não necessariamente voltadas à exportação, mas que ampliem o mercado do trabalho.

Paim elogiou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) por estimular a produção e a geração de empregos com suas carteiras de desenvolvimento e crédito rural, mas se disse preocupado com a decisão do Mercosul de importar 500 mil toneladas de arroz de países fora da região. Ele clamou o governo a trabalhar para rever essa medida, danosa aos produtores gaúchos.

Racismo

Paulo Paim manifestou também sua indignação com agressões cometidas contra ci-



EMPREGO Paim propõe criação de novas atividades que possam criar mais empregos no estado

dadãos gaúchos por grupos neonazistas de Porto Alegre. Ele é autor de um projeto que resultou no aumento da pena para o crime de injúria, se cometido mediante utilização de elementos referentes à raça, cor, religião ou origem.

Antonio Carlos quer saída para cacauicultores

Em apelo dirigido ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos colegas em Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu financiamento à produção de cacau na Bahia e à consolidação das dívidas dos produtores com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa). De acordo com o senador, mais de 1.200 produtores estão impedidos de contratar o Pesa. – É inconcebível que os produtores de cacau que conviveram com tantas dificuldades passem a enfrentar esta nova e séria dificuldade, ficando fora desse importante instrumento governamental, sustentado em lei, o que resulta em questão de direito – afirmou.

O senador destacou que o Pesa é o mais interessante e completo programa de consolidação de dívidas agrícolas, com vantagens importantes para viabilizar a recuperação e o progresso da economia cacauceira.

Segundo informou Antonio Carlos, os cacauicultores conseguiram superar a mais severa crise da agricultura brasileira com base no apoio do governo da Bahia e na evolução da tecnologia da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepalac), que permitiu a identificação e multiplicação de clones tolerantes à vassoura-de-bruxa, praga que atingiu os pés de cacau no Brasil.

– Peço ao presidente desta Casa que encaminhe minhas palavras aos ministros da Fazenda e da Agricultura, que não poderão ficar indiferentes a uma situação que poderá levar 200 mil agricultores ao desemprego – reafirmou o senador.

Saturnino pede mais verbas para Forças Armadas

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) homenageou ontem o bicentenário do nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro. Caxias, disse Saturnino, repre-

senta o servidor exemplar da Pátria, símbolo, ao mesmo tempo, do soldado e do negociador.

As homenagens que estão sendo prestadas a Caxias em todo o Brasil lembram, na opinião do senador, a necessida-

de de as Forças Armadas serem mais prestigiadas no país, com maiores dotações de recursos para sua manutenção e desenvolvimento.

Na avaliação de Roberto Saturnino, com a redução da taxa de juros chegou a hora de revi-

talizar a economia, mas também de reorientar os recursos governamentais para projetos prioritários, entre eles a modernização das Forças Armadas, que está estreitamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

José Jorge defende uso da Cide para financiar gás natural no país

Medida seria solução a longo prazo para as questões estruturais do setor energético

O senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu ontem a utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para subsidiar e desenvolver a indústria do gás natural no Brasil. Essa seria, afirmou, uma forma de dar soluções estruturais de longo prazo, sem a criação de subsídios temporais, para os problemas do custo do transporte do gás boliviano e da expansão da rede de gasodutos.

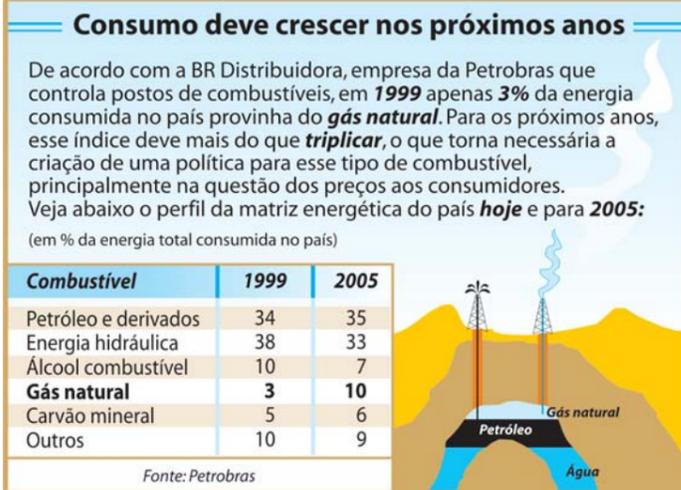
Com os recursos da Cide, disse o senador, seria possível implantar no país uma infraestrutura de rede de gasodutos de transporte nas regiões em que



RECURSOS Arrecadação da Cide permitiria expandir rede de gasodutos, diz José Jorge

o gás natural ainda não esteja disponível, contribuindo para o desenvolvimento de novos mercados consumidores, de forma a promover o aumento da participação do gás natural na matriz energética brasileira.

José Jorge também defendeu uma política fiscal e tributária compatível com as necessida-



des do mercado, como a incidência única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em toda a cadeia de produção, importação e comercialização do gás natural e seus derivados. Nesse caso, a arrecadação do imposto seria

repartida entre os estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) apoiou as sugestões feitas por José Jorge.

Camata pede explicações sobre licitação

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou requerimento solicitando ao Ministério do Meio Ambiente informações sobre recomendação do ministério de excluir 162 áreas do Espírito Santo de licitação para exploração de bacias, promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O mesmo assunto deve ser tratado pelo diretor-geral da ANP, Sebastião do Rego Barros, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), solicitada por Camata em outro requerimento.

A exclusão dos blocos na licitação teria ocorrido sob a alegação de que a área a ser explorada fica próxima ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, localizado a 200 quilômetros de distância, o que poderia ocasionar danos em área de preservação ambiental. Segundo a justificativa apresentada pelo senador no requerimento, o processo de licitação tinha a aprovação dos órgãos ambientais nacionais. Ele suspeita de interferência de uma organização não-governamental internacional na decisão. "O Brasil ainda não atingiu a necessária e almejada auto-suficiência em petróleo. Por isso, é tão importante aproveitar todas as possibilidades de explorar novos campos, em terra ou no mar, que permitam reduzir a dependência externa do nosso país", pondera o senador no requerimento.



INTERFERÊNCIA Camata desconfia que ONG estrangeira esteja por trás da decisão

Sibá aplaude decisão de Lula de recriar a Sudam

O senador Sibá Machado (PT-AC) aplaudiu ontem a decisão do governo Lula de recriar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Como demonstração da importância política e econômica do órgão, Sibá citou a presença maciça dos governadores da região na cerimônia, o que indicaria a ampla aprovação política à recriação da Sudam.

A cerimônia em Belém (PA) foi presidida pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado dos ministros do Meio Ambiente, Marina da Silva; da Integração Nacional, Ciro Gomes, e da Agricultura, Roberto Rodrigues, bem como de outras autoridades federais, estaduais e municipais.

Sibá reconheceu ter havido muita corrupção na Sudam, observando, no entanto, que o governo Fernando Henrique



MUDANÇA Sibá afirma que nova Sudam terá estrutura moderna

Cardoso deveria ter reestruturado a superintendência e aumentado a fiscalização, em vez de fechá-la. A nova Sudam, ressaltou o senador, terá estrutura e planejamento modernos e fiscalização mais severa.

Cooperativa

Sibá Machado também relatou visita do presidente à Nova Amafruta, indústria de polpa de maracujá de Benevides (PA), que está produzindo 11 mil toneladas/ano, integralmente exportadas para a Suíça. Foram assinados diversos convênios, pelos quais a cooperativa receberá financiamento de R\$ 12 milhões do Banco da Amazônia, R\$ 1 milhão do Ministério do Meio Ambiente e R\$ 2 milhões da Vale do Rio Doce, para expandir a produção para 86 mil toneladas/ano.

Segundo Sibá, a empresa, originalmente suíça, faliu e foi assumida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Capiberibe elogia apoio ao desenvolvimento

O senador João Capiberibe (PSB-AP) elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter garantido, durante a cerimônia de recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), na semana passada, em Belém (PA), que dará todo apoio ao Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, lançado em maio, em Rio Branco (AC).

O desenvolvimento sustentável, conforme o senador, muda totalmente o modelo de ocupação da Amazônia, que antes se baseava em "megaempreendimentos e na dilapidação cega e criminosa dos recursos públicos". Para Capiberibe, a floresta não pode ficar intocável e sua derrubada não transformará o Brasil "numa potência ambiental".

Capiberibe citou números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar que a política de desenvolvimento social



REcriação Volta da Sudam dá novo alento a 15 milhões de brasileiros, diz Capiberibe

implantada no final dos anos 90 no Amapá, durante sua administração, resultou em melhoria da qualidade de vida da população. Até a Organização das Nações Unidas mostrou isso, ao revelar que o Amapá saiu de 13º para 12º no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados do país.

A recriação da Sudam, de acordo com João Capiberibe, dá novo alento a 15 milhões de brasileiros que moram na Amazônia. Assim como o presidente Lula fez em Belém, na solenidade de relançamento da Sudam, o senador lamentou que o governo passado tenha optado pelo "caminho prejudicial da liquidação" da Sudam ao confirmar desvios e corrupção no órgão.